

# PREFEITURA MUNICIPAL



## SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Data: 19 / 04 / 2010

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-MS.

Assunto: LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2010.

Observações: "DISPÕE SOBRE A EMENTA DE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA 'LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO – MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (67) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

# PREFEITURA MUNICIPAL SANTA RITA DO PARDO/MS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 051/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 024/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Sanfear Construções e Empreendimentos Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para a execução de 4.777,70 m² de pavimentação asfáltica com TSD RRC2, recuperação e extensão de Galerias de Águas Pluviais na área urbana do município de Santa Rita do Pardo, conforme projeto básico, para atender o Contrato de Repasse nº. 0240155-36/2007/M/CAIXA.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 09 de Outubro de 2010.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Gerência de Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.12 - Gerência de Desenv. Urb. Estradas Vicinais  
15.45.1.018 - Melhorias Urbanas  
1.032 - Pavimentação Drenagem e Outras Obras de Urbanização  
44.90.51.00 - Obras e Instalações  
1 - Recursos Próprios

VALOR: R\$ 278.230,44 (duzentos setenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e quatro centavos).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sr. José Eduardo Vaghi pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 052/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 025/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Sanfear Construções Empreendimentos Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para a execução de pavimentação asfáltica em TSD RRC2, em ruas do conjunto Habitacional Nova Esperança no Município de Santa Rita do Pardo/MS, conforme projeto básico, para atender o Contrato de Repasse nº. 0255.697-09/2008/M/CAIXA.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 09 de Outubro de 2010.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Gerência de Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.12 - Gerência de Desenv. Urbano e Estradas Vicinais  
15.45.1.018 - Melhorias Urbanas  
1.032 - Pavimentação Drenagem e Outras Obras de Urbanização  
44.90.51.00 - Obras e Instalações  
1 - Recursos Próprios

VALOR: R\$ 451.567,12 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e doze centavos).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sr. José Eduardo Vaghi pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 053/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 027/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Sanfear Construções Empreendimentos Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para a construção de Escola em alvenaria c/área de 1.110,48 m², conforme projeto básico, na sede do município de Santa Rita do Pardo, para atender o Convênio nº. 657543/2009 - Processo: 23406.00499/2009-03, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 16 de Junho de 2011.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Educação  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.10 - Gerência de Educ. Cultura Esportes e Lazer  
12.306.010 - Toda Criança na Escola  
1.005 - Construção, Ampliação, Reforma de Unidades Escolares  
44.90.51.00 - Obras e Instalações

VALOR: R\$ 1.103.384,85 (Um milhão, cento e trinta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sr. José Eduardo Vaghi pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 054/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 028/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Sanfear Construções Empreendimentos Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para a Implantação de Parque Público de Exposição de Rodado no Município de Santa Rita do Pardo/MS, conforme projeto básico, para atender o Contrato de Repasse sob nº. 0266.738-2/2008/M/CAIXA.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 09 de Outubro de 2010.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Gerência de Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.12 - Gerência de Desenv. Urb. Estradas Vicinais  
20.603.063 - Manutenção e Operacionalização  
1.056 - Construção do Parque de Exposição e Rodado  
44.90.51.00 - Obras e Instalações

VALOR: R\$ 151.369,87 (cento e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e oito centavos).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sr. José Eduardo Vaghi pela Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (67) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

# TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Homologação e adjudicação do resultado de Licitação promovida pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao Processo de Licitação nº. 024/2010. Modalidade: Tomada de Preços nº. 000/2010, ficando convocada a licitante GRUPO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, para assinar e cumprir no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no termo de an. 04, o contrato de prestação de serviços, sob as penalidades da Lei de Santa Rita do Pardo - MS, nº. 17 de Maio de 2010.

ELEDIR BARCELOS DE SOUZA  
PREFEITO DE SANTA RITA DO PARDO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 048/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Jamir Alves Rodrigues - ME

OBJETO: Fornecimento de Materiais de Construção e Diversos Materiais de Consumo para aplicação em diversos setores da Administração Pública Municipal.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 31 de Dezembro de 2010.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Fundo Municipal de Investimento Social - FMIS  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.13 - Fundo Municipal de Investimento Social - FMIS  
08.244.015 - Implementação de Políticas Sociais  
2.033 - Desenvolvimento de Ações e Serviços da FMIS  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
Gerência de Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.12 - Gerência de Desenv. Urb. Estradas Vicinais  
15.45.2.018 - Melhorias Urbanas  
2.035 - Pavimentação Drenagem e Outras Obras de Urbanização  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.130 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
10.303.014 - Atendimento à Rede Básica de Saúde  
2.052 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
Fundo Manut. Desenv. Educ. Básica e Valoriz. Prof. Educ./FundeB  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.110 - Fundo Manut. e Desenvolvimento da Educação / Fundeb  
12.361.062 - Valorização dos Profissionais da Educação / Fundeb  
2.073 - Manutenção do Fundeb - 40%  
1024 - Fundeb 40% - Exercício Corrente  
33.90.30.00 - Material de Consumo

VALOR: R\$ 145.141,83 (cento e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e três centavos).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sr. Jamir Alves Rodrigues pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 049/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 022/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Gregório de Souza & Comércio Ltda. - ME

OBJETO: Prestação de serviços de mecânica com reposição de peças para conjunto de veículos e máquinas da Municipalidade.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 31 de Dezembro de 2010.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Gerência de Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.12 - Gerência de Desenv. Urbano e Estradas Vicinais  
15.45.2.018 - Melhorias Urbanas  
2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
33.90.30.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica

VALOR: R\$ 38.070,00 (trinta e oito mil reais).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sra. Ivani Gregório de Souza Corrêa pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 050/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 022/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
HidraTech Com. de Peças e Equip.Hidra. Ltda. - EPP

OBJETO: Prestação de serviços de mecânica com reposição de peças para conjunto de veículos e máquinas da Municipalidade.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 31 de Dezembro de 2010.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Gerência de Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.12 - Gerência de Desenv. Urbano e Estradas Vicinais  
15.45.2.018 - Melhorias Urbanas  
2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
33.90.30.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica

VALOR: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sra. Ana Paula Gontz pela Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (67) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

# DECRETO Nº. 014/2010 DE 27 DE JANEIRO DE 2010.

IMPLEMENTA O PROGRAMA DE ACCELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM - PAA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA RITA DO PARDO E DA CATRAS PROVIDÊNCIAS

A Professora Eledir Barcelos de Souza, Prefeita Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei

Considerando a disponibilidade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 24, inciso V, alínea b;  
Considerando o objetivo de alguns municípios dos municípios do Ensino Fundamental com duração de 05 (cinco) anos;  
Considerando a necessidade de implementar o PAA em todos os anos iniciais do Ensino Fundamental, com duração de 05 (cinco) anos;  
Considerando a necessidade de implementar o PAA em todos os anos iniciais do Ensino Fundamental, com duração de 05 (cinco) anos;  
Considerando a necessidade de implementar o PAA em todos os anos iniciais do Ensino Fundamental, com duração de 05 (cinco) anos;

## DECLARA

ARTIGO 1º - Fica implementado o Programa de Aceleração do Aprendizagem - PAA em todos os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino.  
ARTIGO 2º - O PAA terá duas modalidades: uma com duração de 05 (cinco) anos e outra com duração de 05 (cinco) anos.  
ARTIGO 3º - O PAA terá duas modalidades: uma com duração de 05 (cinco) anos e outra com duração de 05 (cinco) anos.  
ARTIGO 4º - O PAA terá duas modalidades: uma com duração de 05 (cinco) anos e outra com duração de 05 (cinco) anos.  
ARTIGO 5º - O PAA terá duas modalidades: uma com duração de 05 (cinco) anos e outra com duração de 05 (cinco) anos.

Assinado em Brasília, em 27 de Janeiro de 2010

Eledir Barcelos de Souza  
PREFEITA DE SANTA RITA DO PARDO

Registra-se e Publica-se na Secretaria de Educação e Gestão na data acima e afixado no local de costume.

Antônio Aparecido de Souza  
SECRETÁRIO DE CONTROLE E GESTÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (67) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 053/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 027/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Sanfear Construções Empreendimentos Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, para a construção de Escola em alvenaria c/área de 1.118,48 m², conforme projeto básico, na sede do município de Santa Rita do Pardo, para atender o Convênio nº. 657543/2009 - Processo: 23406.00499/2009-03, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 16 de Junho de 2011.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Educação  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.10 - Gerência de Educ. Cultura Esportes e Lazer  
12.306.010 - Toda Criança na Escola  
1.005 - Construção, Ampliação, Reforma de Unidades Escolares  
44.90.51.00 - Obras e Instalações

VALOR: R\$ 1.103.384,85 (Um milhão, cento e trinta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sr. José Eduardo Vaghi pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 055/2010  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 023/2010

CONTRATANTES: Município de Santa Rita do Pardo - MS  
Adalberto Desprender Orlan-ME

OBJETO: Fornecimento de Materiais de Informática para atender diversos setores de Administração Pública Municipal.

VIGÊNCIA: 12 de Maio de 2010 à 31 de dezembro de 2010.

## DOT. ORÇAMENTÁRIAS:

Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.130 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
10.303.014 - Atendimento à Rede Básica de Saúde  
2.052 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fundo Manut. Desenv. Educ. Básica e Val. Prof. Educ./FundeB  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.110 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação / Fundeb  
12.361.062 - Valorização dos Profissionais da Educação / Fundeb  
2.073 - Manutenção do Fundeb - 40%  
1024 - Fundeb 40% - Exercício Corrente  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fundo Municipal de Assistência Social - FMASS  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.312 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMASS  
08.244.015 - Implementação de Políticas Sociais  
2.029 - Ações e Serviços de Assistência Social  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Secretaria de Controle e Gestão  
Órgão orçamentário: 02.00 - Executivo  
Unidade Org.: 02.04 - Secretaria de Controle e Gestão  
04.122.003 - Gestão Administrativa  
2.004 - Manutenção das Atividades da Secretaria  
33.90.30.00 - Material de Consumo  
44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

VALOR: R\$ 50.964,00 (cinquenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais).

DATA: 12.05.2010.

FORO: Comarca de Brasília - MS

SIGNATÁRIOS: Eledir Barcelos de Souza pela Contratante  
Sr. Adalberto Desprender pela Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (67) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

# ERRATA/ DESCONSIDERAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Errata de publicação havida no Jornal A Tribuna de Três Lagoas, edição nº. 833, de 16 de Maio de 2010, alusiva à publicação da Lei Complementar nº. 002, de 07 de Maio de 2010, havida na página 4 do expediente em questão, que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº. 12/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS), e inexistiu o programa LICENÇA MATERNIDADE: SEIS MESES E ME-LHOR no âmbito do Município de Santa Rita do Pardo - MS, e do outras providências, através desta, se retifica para a finalidade de que seja desconsiderada a publicação em questão, porquanto já devidamente publicada e plenamente em vigor a Lei que trata da matéria, ficando desconsiderada a publicação

ANTÔNIO APARECIDO DE SOUZA  
SECRETÁRIO DE CONTROLE E GESTÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (67) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

## RESULTADO DE LICITAÇÃO

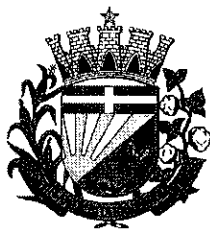
PROCESSO Nº. 020/2010 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através de sua Comissão Permanente de Licitação e Julgamento TORNA PÚBLICO o resultado da licitação supra.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a reforma da Escola Municipal de Educação Infantil - Anísio de Souza da Silva, no Município de Santa Rita do Pardo/MS, para atender o Convênio nº. 657543/2009 - Processo: 23406.00499/2009-03.

EMPRESA: LUIZ ALBERTO LIMA DE ANDRADE  
CNPJ: 18.51.568.01 (inscrição de pessoa física, inscrita em nome de empresário)

ANTÔNIO APARECIDO DE SOUZA  
Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

**LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 19 DE ABRIL DE 2010.**

*"DISPÕE SOBRE A EMENTA DE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA 'LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

**ELEDIR BARCELOS DE SOUZA**, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faz SABER que, a Câmara Municipal APROVOU, e ela SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, o Programa "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!", de prorrogação da licença-maternidade, possibilitando à servidora pública municipal gozar a referida licença por cento e oitenta dias.

**Art. 2º.** O artigo 105, *caput*, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105 – À servidora gestante será concedida licença-maternidade pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante inspeção médica, com remuneração conforme previsto no artigo 100, deduzido o valor do salário-maternidade pago pela previdência social.

**Art. 3º.** A prorrogação de que trata esta lei complementar será também garantida, na mesma proporção, à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que a criança tenha até um ano de vida, e, o artigo 107, inciso I, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

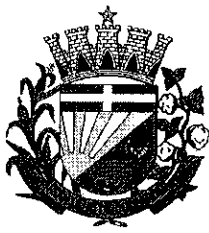
Art. 107. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será assegurada licença, com remuneração conforme previsto no art. 105, pelo período:

I - de cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;

**Art. 4º.** Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora terá direito à percepção de seu vencimento integral.

**Art. 5º.** No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei complementar, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser colocada e ou mantida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no *caput* deste artigo, a servidora perderá o direito à licença.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A**  
**FONE (067) 3591-1123**  
**CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

---

**Art. 6º.** As servidoras que estiverem em gozo da licença-maternidade, por ocasião da publicação e entrada em vigor desta lei complementar, poderão solicitar a prorrogação de que trata o artigo 1º, desde que o façam no prazo dentro do período da licença-maternidade em gozo.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença, bem como para o custeio com a contratação de servidores para substituição das servidoras que gozarem da licença-maternidade de mais 02 (dois) meses, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e já vigentes, sendo suplementadas se necessário, podendo, ainda, ser aberto crédito especial adicional no orçamento vigente, o que também fica autorizado.

**Art. 8º.** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Pardo – Estado de Mato Grosso do Sul, aos 19 de Abril de 2010.

  
*Eledir Barcellos de Souza*  
**PREFEITA MUNICIPAL**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 19 DE ABRIL DE 2010.

*"DISPÕE SOBRE A EMENTA DE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA 'LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO – MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

**ELEDIR BARCELOS DE SOUZA**, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faz SABER que, a Câmara Municipal APROVOU, e ela SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, o Programa "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!", de prorrogação da licença-maternidade, possibilitando à servidora pública municipal gozar a referida licença por cento e oitenta dias.

**Art. 2º.** O artigo 105, *caput*, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105 – À servidora gestante será concedida licença-maternidade pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante inspeção médica, com remuneração conforme previsto no artigo 100, deduzido o valor do salário-maternidade pago pela previdência social.

**Art. 3º.** A prorrogação de que trata esta lei complementar será também garantida, na mesma proporção, à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que a criança tenha até um ano de vida, e, o artigo 107, inciso I, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

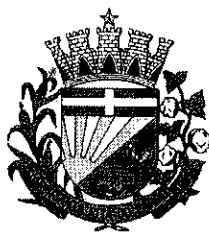
Art. 107. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será assegurada licença, com remuneração conforme previsto no art. 105, pelo período:

I - de cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;

**Art. 4º.** Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora terá direito à percepção de seu vencimento integral.

**Art. 5º.** No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei complementar, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser colocada e ou mantida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora perderá o direito à licença.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A**  
**FONE (067) 3591-1123**  
**CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

---

**Art. 6º.** As servidoras que estiverem em gozo da licença-maternidade, por ocasião da publicação e entrada em vigor desta lei complementar, poderão solicitar a prorrogação de que trata o artigo 1º, desde que o façam no prazo dentro do período da licença-maternidade em gozo.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença, bem como para o custeio com a contratação de servidores para substituição das servidoras que gozarem da licença-maternidade de mais 02 (dois) meses, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e já vigentes, sendo suplementadas se necessário, podendo, ainda, ser aberto crédito especial adicional no orçamento vigente, o que também fica autorizado.

**Art. 8º.** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Pardo – Estado de Mato Grosso do Sul, aos 19 de Abril de 2010.

  
*Eledir Barcelos de Souza*  
PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

**LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 19 DE ABRIL DE 2010.**

*"DISPÕE SOBRE A EMENTA DE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA 'LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!' NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."*

**ELEDIR BARCELOS DE SOUZA**, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faz SABER que, a Câmara Municipal APROVOU, e ela SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, o Programa "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!", de prorrogação da licença-maternidade, possibilitando à servidora pública municipal gozar a referida licença por cento e oitenta dias.

**Art. 2º.** O artigo 105, *caput*, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105 – À servidora gestante será concedida licença-maternidade pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante inspeção médica, com remuneração conforme previsto no artigo 100, deduzido o valor do salário-maternidade pago pela previdência social.

**Art. 3º.** A prorrogação de que trata esta lei complementar será também garantida, na mesma proporção, à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que a criança tenha até um ano de vida, e, o artigo 107, inciso I, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

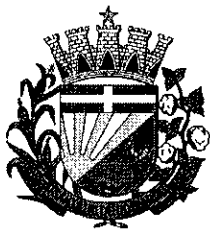
Art. 107. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será assegurada licença, com remuneração conforme previsto no art. 105, pelo período:

I - de cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;

**Art. 4º.** Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora terá direito à percepção de seu vencimento integral.

**Art. 5º.** No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei complementar, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser colocada e ou mantida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora perderá o direito à licença.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A**  
**FONE (067) 3591-1123**  
**CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

---

**Art. 6º.** As servidoras que estiverem em gozo da licença-maternidade, por ocasião da publicação e entrada em vigor desta lei complementar, poderão solicitar a prorrogação de que trata o artigo 1º, desde que o façam no prazo dentro do período da licença-maternidade em gozo.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença, bem como para o custeio com a contratação de servidores para substituição das servidoras que gozarem da licença-maternidade de mais 02 (dois) meses, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e já vigentes, sendo suplementadas se necessário, podendo, ainda, ser aberto crédito especial adicional no orçamento vigente, o que também fica autorizado.

**Art. 8º.** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Pardo – Estado de Mato Grosso do Sul, aos 19 de Abril de 2010.

*Eledir Barcellos de Souza*  
**PREFEITA MUNICIPAL**





CAMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO – MS  
[www.camarasantaritadopardo.com.br](http://www.camarasantaritadopardo.com.br)

Santa Rita do Pardo-MS, 13 de abril de 2010.

Ofício n.º 023/2010.

Excelentíssima Senhora,

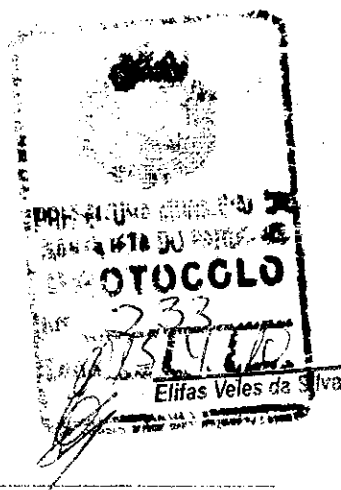
Venho através deste, em cumprimento ao Regimento Interno encaminhar a Vossa Excelência, os Autógrafos de Lei n.º 003 e 004/2010 de autoria de Poder Legislativo Municipal.

Sem mais para o momento, apresentamos nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

André Luís Bacalá Ribeiro  
Presidente

Exma. Senhora  
Eledir Barcelos de Souza  
Prefeita Municipal  
Nesta.





CAMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS  
www.camarasantaritadopardo.com.br

AUTÓGRAFO DE LEI N.º 003/2010.  
DE 13 DE ABRIL DE 2010.

DO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 001/2010 DE 08 DE ABRIL DE 2010.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REGIMENTALMENTE APROVOU O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 001/2010, QUE “DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA “LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PORTANTO AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SANCIONAR E PROMULGAR A SEGUINTE LEI.

APRESENTA O SEGUINTE AUTÓGRAFO DE LEI:

**Artigo 1.º** Fica instituído no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, o Programa “LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!”, de prorrogação da licença-maternidade, possibilitando à servidora pública municipal gozar a referida licença por cento e oitenta dias.

**Artigo 2.º** - O artigo 105, caput, da Lei Complementar n.º 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.105 – À servidora gestante será concedida licença-maternidade pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante inspeção médica, com remuneração conforme previsto no artigo 100, deduzido o valor do salário-maternidade pago pela previdência social.

A CAÇULINA DO BOLSÃO



**CAMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS  
www.camarasantaritadopardo.com.br**

**Artigo 3.º** - A prorrogação de que trata esta lei complementar será também garantida, na mesma proporção, à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que a criança tenha até um ano de vida, e, o artigo 107, inciso I, da Lei Complementar n.º 012/02007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107 – À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será assegurada licença, com remuneração conforme previsto no art. 105, pelo período:

I – de cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;

**Artigo 4.º** - Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora terá direito à percepção de seu vencimento integral.

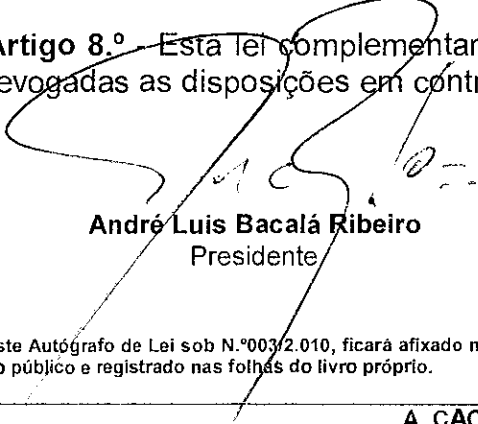
**Artigo 5.º** - No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei complementar, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser colocada e ou mentida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora perderá o direito à licença.

**Artigo 6.º** - Às servidoras que estiverem em gozo de licença-maternidade, por ocasião da publicação e entrada em vigor desta lei complementar, poderão solicitar a prorrogação de que trata o artigo 1.º, desde que o façam no prazo dentro do período da licença-maternidade em gozo.

**Artigo 7.º** - As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença, bem como para o custeio com a contratação de servidores para a substituição das servidoras que gozarem da licença-maternidade de mais 02 (dois) meses, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e já vigentes, sendo suplementadas se necessário, podendo, ainda, ser aberto crédito adicional especial no orçamento vigente, o que também fica autorizado.

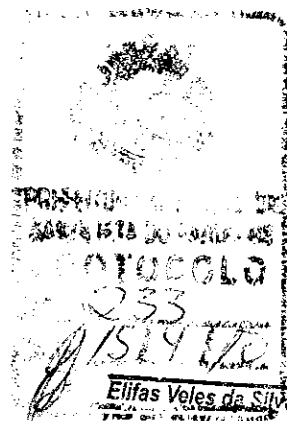
**Artigo 8.º** - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
**André Luis Bacalá Ribeiro**  
Presidente

  
**José Ferreira de Matos**  
1º Secretário

Este Autógrafo de Lei sob N.º003/2.010, ficará afixado no mural da recepção desta Egrégia Casa Legislativa, para conhecimento do público e registrado nas folhas do livro próprio.

**A CAÇULINA DO BOLSÃO**





CÂMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS  
[www.camarasantaritadopardo.com.br](http://www.camarasantaritadopardo.com.br)

AUTÓGRAFO DE LEI N.º 004/2010.  
DE 13 DE ABRIL DE 2010.

DO

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º 002/2010 DE 08 DE ABRIL DE 2010.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REGIMENTALMENTE APROVOU O PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º 002/2010, QUE “CRIA A LICENÇA-MATERNIDADE ADICIONAL DAS SERVIDORAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. PORTANTO AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SANCIONAR E PROMULGAR A SEGUINTE LEI.

APRESENTA O SEGUINTE AUTÓGRAFO DE LEI:

**Artigo 1.º** - Fica autorizado à Servidora Pública Municipal da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo-MS, o gozo de licença-maternidade no período de cento e oitenta dias, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Artigo 2.º** - As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença para servidora da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, gestante ou que adotar ou obtiver guarda judicial de criança com idade até 01(um) ano de idade, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

**Artigo 3.º** - Esta Lei entra em vigor no dia de sua publicação, e são revogadas todas as disposições em contrário.



André Luis Bacalá Ribeiro  
Presidente



José Ferreira de Matos  
1º Secretário

Este Autógrafo de Lei sob N.º 004/2.010, ficará afixado no mural da recepção desta Egrégia Casa Legislativa, para conhecimento do público e registrado nas folhas do livro próprio.

A CAÇULINA DO BOLSÃO



CÂMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS  
[www.camarasantaritadopardo.com.br](http://www.camarasantaritadopardo.com.br)

Santa Rita do Pardo-MS, 13 de abril de 2010.

Ofício n.º 023/2010.

Excelentíssima Senhora,

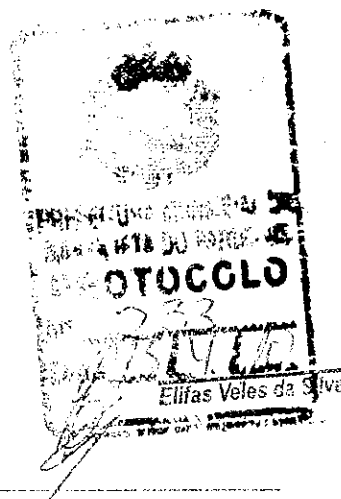
Venho através deste, em cumprimento ao Regimento Interno encaminhar a Vossa Excelência, os Autógrafos de Lei n.º 003 e 004/2010 de autoria de Poder Legislativo Municipal.

Sem mais para o momento, apresentamos nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

André Luís Bacala Ribeiro  
Presidente

Exma. Senhora  
Eledir Barcelos de Souza  
Prefeita Municipal  
Nesta.





CAMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS  
[www.camarasantaritadopardo.com.br](http://www.camarasantaritadopardo.com.br)

AUTÓGRAFO DE LEI N.º 004/2010.  
DE 13 DE ABRIL DE 2010.

DO

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º 002/2010 DE 08 DE ABRIL DE 2010.

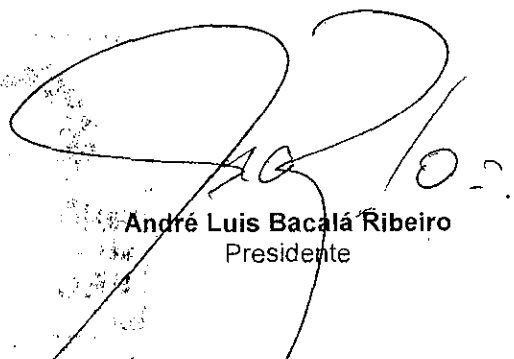
A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REGIMENTALMENTE APROVOU O PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º 002/2010, QUE "CRIA A LICENÇA-MATERNIDADE ADICIONAL DAS SERVIDORAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO/MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". PORTANTO AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SANCIONAR E PROMULGAR A SEGUINTE LEI.

**APRESENTA O SEGUINTE AUTÓGRAFO DE LEI:**

**Artigo 1.º** - Fica autorizado à Servidora Pública Municipal da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo-MS, o gozo de licença-maternidade no período de cento e oitenta dias, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Artigo 2.º** - As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença para servidora da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo/MS, gestante ou que adotar ou obtiver guarda judicial de criança com idade até 01(um) ano de idade, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

**Artigo 3.º** - Esta Lei entra em vigor no dia de sua publicação, e são revogadas todas as disposições em contrário.



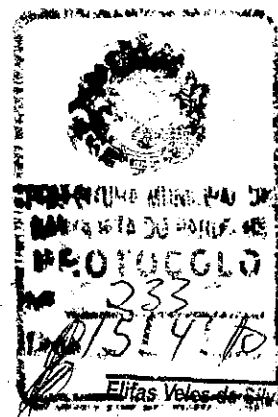
André Luis Bacalá Ribeiro  
Presidente



José Ferreira de Matos  
1º Secretário

Este Autógrafo de Lei sob N.º 004/2010, ficará afixado no mural da recepção desta Egrégia Casa Legislativa, para conhecimento do público e registrado nas folhas do livro próprio.

A CAÇULINA DO BOLSÃO







CAMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS  
www.camarasantaritadopardo.com.br

AUTÓGRAFO DE LEI N.º 003/2010.  
DE 13 DE ABRIL DE 2010.

DO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 001/2010 DE 08 DE ABRIL DE 2010.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO -  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,  
REGIMENTALMENTE APROVOU O PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR N.º 001/2010, QUE "DISPÕE SOBRE  
ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2007  
(ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA "LICENÇA-  
MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!" NO ÂMBITO  
DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTANTO AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A SANCIONAR E PROMULGAR A  
SEGUINTE LEI.

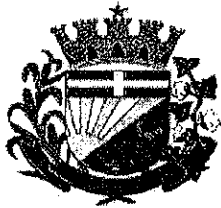
APRESENTA O SEGUINTE AUTÓGRAFO DE LEI:

**Artigo 1.º** Fica instituído no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, o Programa "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!", de prorrogação da licença-maternidade, possibilitando à servidora pública municipal gozar a referida licença por cento e oitenta dias.

**Artigo 2.º** - O artigo 105, caput, da Lei Complementar n.º 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.105 – À servidora gestante será concedida licença-maternidade pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante inspeção médica, com remuneração conforme previsto no artigo 100, deduzido o valor do salário-maternidade pago pela previdência social.

A CAÇULINA DO BOLSÃO



CAMARA MUNICIPAL VEREADOR ALFEU CÂNDIDO  
SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, 1700  
FONE (67) 3591-1122 - FAX (67) 3591 1486  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS  
[www.camarasantaritadopardo.com.br](http://www.camarasantaritadopardo.com.br)

**Artigo 3.º** - A prorrogação de que trata esta lei complementar será também garantida, na mesma proporção, à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que a criança tenha até um ano de vida, e, o artigo 107, inciso I, da Lei Complementar n.º 012/02007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107 – À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será assegurada licença, com remuneração conforme previsto no art. 105, pelo período:

I – de cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;

**Artigo 4.º** - Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora terá direito à percepção de seu vencimento integral.

**Artigo 5.º** - No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei complementar, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser colocada e ou mentida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora perderá o direito à licença.

**Artigo 6.º** - Às servidoras que estiverem em gozo de licença-maternidade, por ocasião da publicação e entrada em vigor desta lei complementar, poderão solicitar a prorrogação de que trata o artigo 1.º, desde que o façam no prazo dentro do período da licença-maternidade em gozo.

**Artigo 7.º** - As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença, bem como para o custeio com a contratação de servidores para a substituição das servidoras que gozarem da licença-maternidade de mais 02 (dois) meses, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e já vigentes, sendo suplementadas se necessário, podendo, ainda, ser aberto crédito adicional especial no orçamento vigente, o que também fica autorizado.

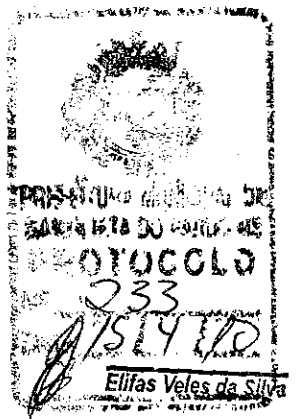
**Artigo 8.º** - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

André Luis Bacalá Ribeiro  
Presidente

José Ferreira de Matos  
1º Secretário

Este Autógrafo de Lei sob N.º003/2.010, ficará afixado no mural da recepção desta Egrégia Casa Legislativa, para conhecimento do público e registrado nas folhas do livro próprio.

A CAÇULINA DO BOLSAO





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A**  
**FONE (067) 591-1123**  
**CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

**OFÍCIO 263/2010 / SCG**

**MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS**

**SANTA RITA DO PARDO, 08 DE ABRIL DE 2010.**

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR**

**ANDRÉ LUIZ BACALÁ RIBEIRO**

**DISTINTO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**OBJETO: ENCAMINHAMENTO E SOLICITAÇÃO DE TRAMITAÇÃO DO**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2010, EM REGIME DE**  
**URGÊNCIA ESPECIAL**

Com os nossos cordiais cumprimentos, nos utilizamos da presente para encaminhar a Vossa Excelência e Ilustres Pares o anexo Projeto de Lei Complementar nº 001/2010, de 08 de Abril de 2010, que dispõe sobre a alteração do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, e também para solicitar os valiosos préstimos de Vossa Excelência e Distintos Pares para fazer tramitar em regime de urgência especial o Projeto de Lei Complementar em questão, cuja matéria interessa à classe dos Servidores Públicos Municipais indistintamente, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno desta Egrégia Casa de Leis.

Atenciosamente,

Câmara Municipal de  
Santa Rita do Pardo - MS

PROTOCOLO GERAL

09 ABR. 2010

Nº 063 / 2010  
*Katia Takaya*  
Visto

  
**ELEDIR BARCELOS DE SOUZA**  
**PREFEITA MUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

OFÍCIO 263/2010 / SCG  
MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS

SANTA RITA DO PARDO, 08 DE ABRIL DE 2010.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
**ANDRÉ LUIZ BACALÁ RIBEIRO**  
DISTINTO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

OBJETO: ENCAMINHAMENTO E SOLICITAÇÃO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2010, EM REGIME DE  
URGÊNCIA ESPECIAL

Com os nossos cordiais cumprimentos, nos utilizamos da presente para encaminhar a Vossa Excelência e Ilustres Pares o anexo Projeto de Lei Complementar nº 001/2010, de 08 de Abril de 2010, que dispõe sobre a alteração do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências, e também para solicitar os valiosos préstimos de Vossa Excelência e Distintos Pares para fazer tramitar em regime de urgência especial o Projeto de Lei Complementar em questão, cuja matéria interessa à classe dos Servidores Públicos Municipais indistintamente, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno desta Egrégia Casa de Leis.

Atenciosamente,

Câmara Municipal de  
Santa Rita do Pardo - MS

PROTOCOLO GERAL

09 ABR. 2010

Nº 068, 2010  
Kátia Barcelos  
Visto

  
**ELEDIR BARCELOS DE SOUZA**  
PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 08 DE ABRIL DE 2010.

*EMENTA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

APRESENTA O SEGUINTE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, o Programa "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!", de prorrogação da licença-maternidade, possibilitando à servidora pública municipal gozar a referida licença por cento e oitenta dias.

**Art. 2º.** O artigo 105, *caput*, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105 – À servidora gestante será concedida licença-maternidade pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante inspeção médica, com remuneração conforme previsto no artigo 100, deduzido o valor do salário-maternidade pago pela previdência social.

**Art. 3º.** A prorrogação de que trata esta lei complementar será também garantida, na mesma proporção, à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que a criança tenha até um ano de vida, e, o artigo 107, inciso I, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será assegurada licença, com remuneração conforme previsto no art. 105, pelo período:

I - de cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;

**Art. 4º.** Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora terá direito à percepção de seu vencimento integral.

**Art. 5º.** No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei complementar, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser colocada e ou mantida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora perderá o direito à licença.

7



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A**  
**FONE (067) 3591-1123**  
**CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

**Art. 6º.** As servidoras que estiverem em gozo da licença-maternidade, por ocasião da publicação e entrada em vigor desta lei complementar, poderão solicitar a prorrogação de que trata o artigo 1º, desde que o façam no prazo dentro do período da licença-maternidade em gozo.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença, bem como para o custeio com a contratação de servidores para substituição das servidoras que gozarem da licença-maternidade de mais 02 (dois) meses, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e já vigentes, sendo suplementadas se necessário, podendo, ainda, ser aberto crédito especial adicional no orçamento vigente, o que também fica autorizado.

**Art. 8º.** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Pardo – Estado de Mato Grosso do Sul, aos 08 de Abril de 2010.

*Eledir Barcelos de Souza*  
**PREFEITA MUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 08 DE ABRIL DE 2010.**

Santa Rita do Pardo – MS, 08 de Abril de 2010.

Senhor Presidente,  
Nobres Vereadoras e Vereadores

A campanha idealizada pela Sociedade Brasileira de Pediatria – “LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!”, encontra apoio não apenas na sociedade médica, mas, também, da sociedade brasileira. O movimento ganhou força em todo o País, tendo, inclusive, sido endossada pela OAB nacional, tendo a campanha se transformado em projeto de lei da Senadora Patrícia Saboya, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que cria o Programa Empresa Cidadã, beneficiando funcionárias da iniciativa privada, de empresas que aderirem ao referido programa.

O projeto de lei após discussão foi aprovado, sendo hoje a Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e facultando ao poder público/administração pública, direta, indireta e fundacional, nos termos do artigo 2º, a criação de programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras.

Os benefícios do aleitamento materno são indiscutíveis e insofismavelmente reconhecidos. A instituição da licença-maternidade de 120 dias foi um grande ganho para o País. Hoje, porém, sua ampliação denota a importância do aleitamento materno, para que haja o elástico e o incentivo do contato fundamental entre a mãe com seu bebê, por questões de saúde física e mental da criança, o que lhe permitirá o melhor desenvolvimento enquanto criança, porém, tais reflexos não ficam adstritos apenas à fase infantil, mas, certamente, implicam em positivos reflexos para a idade adulta.

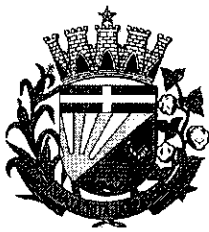
A ampliação do tempo de permanência da mãe com a criança é preconizada pela Organização Mundial de Saúde, inclusive como forma de ampliar o vínculo afetivo entre ambos, colaborando para a existência de adultos mais saudáveis emocionalmente, capazes de se desenvolver física e mentalmente, contribuindo para uma sociedade mais saudável em todos os sentidos.

O aleitamento materno tem função muito mais abrangente que o simples fornecimento de energia à criança, sendo que a amamentação estimula na criança a liberação de endorfina, o hormônio associado à sensação de prazer e bem-estar, e, também, é responsável pela transmissão de anticorpos à criança, segundo estudos técnicos e específicos já realizados e com resultados comprovados. Induvidoso, também, é o fato de que o leite materno contém um tipo especial de carboidrato que é necessário para a formação de uma flora intestinal protetora que inibe o desenvolvimento de germes e parasitas intestinais, o que implica em crianças mais saudáveis e que cada vez menos necessitarão de tratamento de saúde, o que, indubitavelmente, também, refletirá na diminuição de gastos com o sistema público de saúde.

Fato é também que o cérebro humano se desenvolve de forma singular até os seis meses de idade, e, durante esse período, o órgão aumenta cerca de 2 gramas por dia, sendo que depois disso, somente 300 mg por dia, nos termos do que lembra o pediatra Dioclécio Campos Junior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, idealizador da campanha. Assim, os estímulos proporcionados pela mãe nesse período são insubstituíveis.

97





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Assim, a amamentação não se presta apenas para prover a nutrição ao lactente, mas, especialmente, permite o contato físico com a mãe, a identificação recíproca entre ambos, bem como o despertar de respostas a estímulos sensoriais e emocionais, compartilhados num *continuum bio-psicológico*, que se configura como unidade afetiva incomparável. Por isso, a Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida. É que se trata da forma natural de propiciar a plenitude do vínculo afetivo original que, na espécie humana, se faz de maneira insubstituível nesse período.

O princípio vale, inclusive, para mães que não conseguem amamentar no peito seu bebê, mas podem garantir os demais estímulos essenciais ao estabelecimento do vínculo, quando permanecem na companhia do recém-nascido, pelo menos, nos seis primeiros meses. Para isso, é fundamental garantir a ampliação da licença-maternidade, pois esperamos que, muito em breve, tal benefício atinja todas as mulheres-mães do País.

Igualmente, um dos avanços sociais mais importantes para a evolução da sociedade humana no século XX foi a formulação dos direitos básicos da criança e do adolescente, da qual o Estado brasileiro tornou-se signatário das decisões oriundas da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (ECA), acolhendo, como consequência, no art. 1º do ECA, o princípio da Proteção Integral, do qual decorre a elevação de crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos, o que equivale a dizer que as políticas públicas, medidas legais e atos legislativos que tenham a ver com o estrato populacional infanto-juvenil terão como marco referencial os interesses primordiais advindos da sua condição especial de pessoas em desenvolvimento.

O êxito do crescimento e desenvolvimento da criança, desde a vida intra-uterina, depende de numerosos fatores do meio ambiente em que se passa sua existência, mas, fundamentalmente, da criação de vínculo afetivo adequado com a mãe, sem olvidarmos dos demais membros do grupo social da família que a acolhe. Por outro lado, os laços fortes desse apego mãe-filho/filho-mãe, construído no primeiro ano de vida, e particularmente nos seis primeiros meses, são indispensáveis ao surgimento da criança sadia, do adolescente saudável e do adulto solidário – alicerces seguros de uma sociedade pacífica, justa e produtiva.

Portanto, se trata de indiscutível benefício não apenas para a criança e a mãe, mas também para toda a sociedade que certamente verá crianças mais saudáveis e providas dos necessários princípios que somente a convivência entre mãe e filho é capaz de conceber, de onde se conclui pela inegável importância do aleitamento materno e a íntima convivência até o sexto mês de vida da criança.

Deste modo, diante das razões acima sintetizadas e expendidas, as quais motivam o envio do projeto de lei complementar em lume, é que tenho a honra de o submeter à apreciação de Vossa Excelência e Distintos Pares, o que se faz com lastro no mais absoluto comprometimento com a melhor condição de vida das nossas crianças e com responsabilidade para com as servidoras públicas municipais, enquanto compromisso deste município com o desenvolvimento infantil e a evolução social de seu povo, razão pela qual o submeto à imprescindível apreciação dos Ilustres Membros desta respeitável Casa de Leis, solicitando sua aprovação por unanimidade e a tramitação da proposição em regime de urgência especial.

Atenciosamente,

Eledir Barcelos de Souza  
PREFEITA MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 08 DE ABRIL DE 2010.**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2007 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) E INSTITUI O PROGRAMA "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO PARDO - MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**APRESENTA O SEGUINTE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º.** Fica instituído no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional Municipal de Santa Rita do Pardo – MS, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, o Programa "LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!", de prorrogação da licença-maternidade, possibilitando à servidora pública municipal gozar a referida licença por cento e oitenta dias.

**Art. 2º.** O artigo 105, *caput*, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 105 – À servidora gestante será concedida licença-maternidade pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante inspeção médica, com remuneração conforme previsto no artigo 100, deduzido o valor do salário-maternidade pago pela previdência social.

**Art. 3º.** A prorrogação de que trata esta lei complementar será também garantida, na mesma proporção, à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que a criança tenha até um ano de vida, e, o artigo 107, inciso I, da Lei Complementar nº 012/2007, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 107. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será assegurada licença, com remuneração conforme previsto no art. 105, pelo período:

I - de cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;

**Art. 4º.** Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora terá direito à percepção de seu vencimento integral.

**Art. 5º.** No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei complementar, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser colocada e ou mantida em creche ou organização similar.

**Parágrafo único.** Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora perderá o direito à licença.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

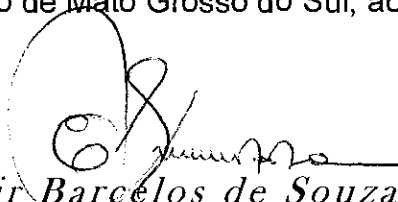
**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A**  
**FONE (067) 3591-1123**  
**CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

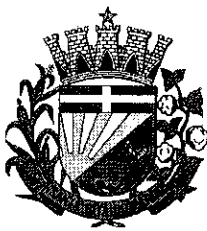
**Art. 6º.** As servidoras que estiverem em gozo da licença-maternidade, por ocasião da publicação e entrada em vigor desta lei complementar, poderão solicitar a prorrogação de que trata o artigo 1º, desde que o façam no prazo dentro do período da licença-maternidade em gozo.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da licença-maternidade adicional e da prorrogação da licença, bem como para o custeio com a contratação de servidores para substituição das servidoras que gozarem da licença-maternidade de mais 02 (dois) meses, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e já vigentes, sendo suplementadas se necessário, podendo, ainda, ser aberto crédito especial adicional no orçamento vigente, o que também fica autorizado.

**Art. 8º.** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Pardo – Estado de Mato Grosso do Sul, aos 08 de Abril de 2010.

  
*Eledir Barcelos de Souza*  
PREFEITA MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 08 DE ABRIL DE 2010.**

Santa Rita do Pardo – MS, 08 de Abril de 2010.

Senhor Presidente,  
Nobres Vereadoras e Vereadores

A campanha idealizada pela Sociedade Brasileira de Pediatria – “LICENÇA-MATERNIDADE: SEIS MESES É MELHOR!”, encontra apoio não apenas na sociedade médica, mas, também, da sociedade brasileira. O movimento ganhou força em todo o País, tendo, inclusive, sido endossada pela OAB nacional, tendo a campanha se transformado em projeto de lei da Senadora Patrícia Saboya, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que cria o Programa Empresa Cidadã, beneficiando funcionárias da iniciativa privada, de empresas que aderirem ao referido programa.

O projeto de lei após discussão foi aprovado, sendo hoje a Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e facultando ao poder público/administração pública, direta, indireta e fundacional, nos termos do artigo 2º, a criação de programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras.

Os benefícios do aleitamento materno são indiscutíveis e insofismavelmente reconhecidos. A instituição da licença-maternidade de 120 dias foi um grande ganho para o País. Hoje, porém, sua ampliação denota a importância do aleitamento materno, para que haja o elástico e o incentivo do contato fundamental entre a mãe com seu bebê, por questões de saúde física e mental da criança, o que lhe permitirá o melhor desenvolvimento enquanto criança, porém, tais reflexos não ficam adstritos apenas à fase infantil, mas, certamente, implicam em positivos reflexos para a idade adulta.

A ampliação do tempo de permanência da mãe com a criança é preconizada pela Organização Mundial de Saúde, inclusive como forma de ampliar o vínculo afetivo entre ambos, colaborando para a existência de adultos mais saudáveis emocionalmente, capazes de se desenvolver física e mentalmente, contribuindo para uma sociedade mais saudável em todos os sentidos.

O aleitamento materno tem função muito mais abrangente que o simples fornecimento de energia à criança, sendo que a amamentação estimula na criança a liberação de endorfina, o hormônio associado à sensação de prazer e bem-estar, e, também, é responsável pela transmissão de anticorpos à criança, segundos estudos técnicos e específicos já realizados e com resultados comprovados. Induvidoso, também, é o fato de que o leite materno contém um tipo especial de carboidrato que é necessário para a formação de uma flora intestinal protetora que inibe o desenvolvimento de germes e parasitas intestinais, o que implica em crianças mais saudáveis e que cada vez menos necessitarão de tratamento de saúde, o que, indubitavelmente, também, refletirá na diminuição de gastos com o sistema público de saúde.

Fato é também que o cérebro humano se desenvolve de forma singular até os seis meses de idade, e, durante esse período, o órgão aumenta cerca de 2 gramas por dia, sendo que depois disso, somente 300 mg por dia, nos termos do que lembra o pediatra Dioclécio Campos Junior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, idealizador da campanha. Assim, os estímulos proporcionados pela mãe nesse período são insubstituíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A  
FONE (067) 3591-1123  
CEP 79.690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Assim, a amamentação não se presta apenas para prover a nutrição ao lactente, mas, especialmente, permite o contato físico com a mãe, a identificação recíproca entre ambos, bem como o despertar de respostas a estímulos sensoriais e emocionais, compartilhados num *continuum bio-psicológico*, que se configura como unidade afetiva incomparável. Por isso, a Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida. É que se trata da forma natural de propiciar a plenitude do vínculo afetivo original que, na espécie humana, se faz de maneira insubstituível nesse período.

O princípio vale, inclusive, para mães que não conseguem amamentar no peito seu bebê, mas podem garantir os demais estímulos essenciais ao estabelecimento do vínculo, quando permanecem na companhia do recém-nascido, pelo menos, nos seis primeiros meses. Para isso, é fundamental garantir a ampliação da licença-maternidade, pois esperamos que, muito em breve, tal benefício atinja todas as mulheres-mães do País.

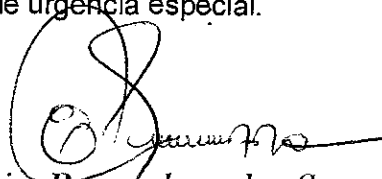
Igualmente, um dos avanços sociais mais importantes para a evolução da sociedade humana no século XX foi a formulação dos direitos básicos da criança e do adolescente, da qual o Estado brasileiro tornou-se signatário das decisões oriundas da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (ECA), acolhendo, como consequência, no art. 1º do ECA, o princípio da Proteção Integral, do qual decorre a elevação de crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos, o que equivale a dizer que as políticas públicas, medidas legais e atos legislativos que tenham a ver com o estrato populacional infanto-juvenil terão como marco referencial os interesses primordiais advindos da sua condição especial de pessoas em desenvolvimento.

O êxito do crescimento e desenvolvimento da criança, desde a vida intra-uterina, depende de numerosos fatores do meio ambiente em que se passa sua existência, mas, fundamentalmente, da criação de vínculo afetivo adequado com a mãe, sem olvidarmos dos demais membros do grupo social da família que a acolhe. Por outro lado, os laços fortes desse apego mãe-filho/filho-mãe, construído no primeiro ano de vida, e particularmente nos seis primeiros meses, são indispensáveis ao surgimento da criança sadia, do adolescente saudável e do adulto solidário – alicerces seguros de uma sociedade pacífica, justa e produtiva.

Portanto, se trata de indiscutível benefício não apenas para a criança e a mãe, mas também para toda a sociedade que certamente verá crianças mais saudáveis e providas dos necessários princípios que somente a convivência entre mãe e filho é capaz de conceber, de onde se conclui pela inegável importância do aleitamento materno e a íntima convivência até o sexto mês de vida da criança.

Deste modo, diante das razões acima sintetizadas e expendidas, as quais motivam o envio do projeto de lei complementar em lume, é que tenho a honra de o submeter à apreciação de Vossa Excelência e Distintos Pares, o que se faz com lastro no mais absoluto comprometimento com a melhor condição de vida das nossas crianças e com responsabilidade para com as servidoras públicas municipais, enquanto compromisso deste município com o desenvolvimento infantil e a evolução social de seu povo, razão pela qual o submeto à imprescindível apreciação dos Ilustres Membros desta respeitável Casa de Leis, solicitando sua aprovação por unanimidade e a tramitação da proposição em regime de urgência especial.

Atenciosamente,

  
Eledir Barcelos de Souza  
PREFEITA MUNICIPAL